



VI SEMINÁRIO FORMAÇÃO DOCENTE: INTERSECÇÃO ENTRE UNIVERSIDADE E ESCOLA "Escola e Universidade em tempos de reconstrução"

SOCIOLOGIA DA INFÂNCIA E O PROTAGONISMO INFANTIL

Elisângela Rodrigues FURTADO (UCDB/FUNDECT/MS)*

RESUMO: Este artigo tem por objetivo discutir a Sociologia da Infância, o protagonismo infantil e seus principais conceitos. Este estudo é de cunho bibliográfico e teve como aporte teórico os documentos oficiais, Constituição Federal do Brasil de 1988, LDB 9394/96, DCNEI (2009a), BNCC (2017), os autores: Oliveira (1988), Prout (2021), Samento (2008), Dip e Tebet (2019) entre outros. A Sociologia da Infância tem como objetivo estudar a infância como objeto sociológico, percebendo a criança como sujeito social, histórico, que interage entre seus pares, produzindo cultura. A Sociologia da Infância vem discutindo vários conceitos, tais como: cultura de pares, participação infantil, adultocentrismo, geração, protagonismo infantil, entre outros. Em suma, percebe-se que o protagonismo infantil é um conceito em construção, que discute a participação da criança, na qual a mesma tenha voz, que o adulto tenha uma escuta sensível para poder compreender suas necessidades. Para tanto, faz-se necessário escolas, que proporcionem que as crianças tenham participação efetiva, assim como, seus direitos garantidos para exercer o protagonismo infantil. Sugere-se mais estudos referente ao protagonismo infantil em diferentes áreas do conhecimento.

Palavras-chave: Sociologia da Infância. Educação Infantil. Protagonismo Infantil.

1 Introdução

Os estudos em relação a Educação Infantil ampliaram-se principalmente a partir de 1990, após a promulgação da Constituição Federal do Brasil de 1988, e da Lei de Diretrizes e Bases 9394/96. Estes documentos têm norteado vários outros documentos, assim como, fomentado várias discussões sobre a Educação Infantil no Brasil. É importante ressaltar que neste interim, houve um aumento de pesquisas

* Doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Católica Dom Bosco (UCDB) em Campo Grande - MS. elisfurtado@hotmail.com
Bolsista Fundação de Apoio ao Desenvolvimento do Ensino, Ciência e Tecnologia do Estado de Mato Grosso do Sul (FUNDECT-MS).



VI SEMINÁRIO FORMAÇÃO DOCENTE: INTERSECÇÃO ENTRE UNIVERSIDADE E ESCOLA "Escola e Universidade em tempos de reconstrução"

sobre Sociologia da Infância, que tem como objetivo estudar a criança como um ser social, historicamente constituído, tais pesquisas têm contribuído com muitos conceitos, tais como: cultura de pares, cultura infantil, protagonismo infantil, entre outros.

Muito se tem falado de protagonismo, seja ser protagonista na sua própria vida, aluno protagonista, ator protagonista e nas últimas três décadas protagonismo infantil. Mas afinal de contas o que é o protagonismo? Ferreira (2014) descreve no dicionário Aurélio protagonismo como sendo: "A personagem principal de uma peça dramática, pessoa que desempenha ou ocupa o primeiro lugar em um acontecimento".

Diante deste conceito de pessoa que ocupa primeiro lugar de um acontecimento, como podemos por meio da Sociologia da Infância tentar compreender esse fenômeno que vem sendo estudado, discutido e pesquisado nos últimos anos?

Para tanto, este estudo é de cunho bibliográfico e teve como aporte teórico os documentos oficiais, Constituição Federal do Brasil de 1988, LDB 9394/96, DCNEI (2009a) , BNCC (2017), os autores: Oliveira (1988), Prout (2021), Samento (2008), Dip e Tebet (2019) entre outros.

Primeiramente, foi descrito um breve histórico sobre a Educação Infantil no Brasil, depois discorremos sobre os principais significados de protagonismo infantil e como vem sendo discutido esse conceito na Sociologia da Infância.

Neste sentido, este artigo tem por objetivo discutir a Sociologia da Infância e o protagonismo infantil e seus principais significados.

2 Educação Infantil no Brasil

A Educação Infantil no Brasil é algo relativamente novo. De acordo com Oliveira (1988) um dos principais fatos que fez com que ocorresse a necessidade de aumentar as instituições que cuidavam que crianças muito pequenas, foi a





VI SEMINÁRIO FORMAÇÃO DOCENTE: INTERSECÇÃO ENTRE UNIVERSIDADE E ESCOLA "Escola e Universidade em tempos de reconstrução"

entrada da mulher no mercado de trabalho, no entanto, esses locais tinham características filantrópicas, que asseguravam as necessidades básicas das crianças como: alimentação, higiene e segurança física. A autora menciona que as pessoas responsáveis em cuidar dessas crianças em sua maioria eram compostas por mulheres da comunidade com pouca instrução, e a principal característica para contratá-las era que as mesmas soubessem cuidar de crianças. Tais instituições tinham como característica cuidar de crianças pobres.

A partir de 1990 os estudos em relação a Educação Infantil se expandem, principalmente após a proclamação na Nova Constituição Federal de 1988, que garante o atendimento para crianças em creches e pré-escolas como podemos verificar a seguir:

No artigo 208, descreve que é “**dever** do Estado o oferecimento da educação infantil e será efetivada mediante a garantia de:”

IV, “atendimento em creche e pré-escola às crianças de zero a seis anos de idade[...]”.

Diante deste fato torne-se lei garantir atendimento escolar para a crianças menores de seis anos. Em 1996 é promulgada a nova Lei de Diretrizes e Bases (LDB), que amplia a etapa da Educação Básica, assim como traz a finalidade da Educação Infantil:

Art. 21. A educação escolar compõe-se de: I – educação básica, formada pela educação infantil, ensino fundamental e ensino médio;

Art. 29. A educação infantil, primeira etapa da educação básica, tem como finalidade o desenvolvimento integral da criança de até 5 (cinco) anos, em seus aspectos físico, psicológico, intelectual e social, complementando a ação da família e da comunidade.

Oliveira (2002) afirma que este período foi de grande importância para a Educação Infantil no Brasil, pois ocorrem encontros, fóruns, congressos, pesquisas e publicações, nas quais tinham como objetivo articular uma política nacional que garantisse os direitos da população de até seis anos de idade com uma educação de qualidade. Para a autora, todo esse movimento em prol da Educação Infantil contribuiu para uma transformação das práticas pedagógicas, assim como, para o aperfeiçoamento e formação de docentes para trabalhar nesta etapa da Educação Básica.





VI SEMINÁRIO FORMAÇÃO DOCENTE: INTERSECÇÃO ENTRE UNIVERSIDADE E ESCOLA "Escola e Universidade em tempos de reconstrução"

Outro documento de suma importância para garantir os direitos da crianças menores de seis anos foi a Resolução n.5, de 17 de dezembro de 2009, que fixa as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil (DCNEI), sendo esse documento um dos marcos históricos da Educação Infantil no Brasil. A DCNEI, tem como objetivo organizar as propostas pedagógicas da Educação Infantil, assim como, orientar as políticas públicas, elaborar, planejar, executar e avaliar as propostas pedagógicas da Educação Infantil em todo o território nacional.

É importante ressaltar que a DCNEI conceitua a criança como:

Sujeito histórico e de direitos, que, nas interações, relações e práticas cotidianas que vivência, constrói sua identidade pessoal e coletiva, brinca, imagina, fantasia, deseja, aprende, observa, experimenta, narra, questiona e constrói sentimentos sobre a natureza e sociedade, produzindo cultura (BRASIL, 2009^a, p. 97.).

Pode-se inferir a partir da DCNEI (2009a) que a criança é sujeito de direitos, que traz consigo toda uma trajetória de vida, que têm características próprias para sua faixa etária, para isso faz-se necessário pessoas com formação inicial e continuada, que possam compreender e desenvolver um trabalho de qualidade nesta etapa da educação Básica.

De acordo com Arelaro (2017), as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil, estabelecidas pela Resolução CNE/CEB nº 05/2009, teve um papel importante para o avanço da Educação Infantil no Brasil, pois traz uma definição dos seus objetivos, da concepção de seu currículo e das condições de funcionamento das instituições educacionais.

Nunes e Gonçalves (2020) ao pesquisar: "A importância das Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Infantil para o trabalho pedagógico", descreveu a DCNEI como fundamental no processo de construção de conhecimentos, desenvolvimento e qualidade no trabalho pedagógico.

Como podemos observar a DCNEI, contribuiu para uma estruturação tanto, na organização curricular das Instituições de Educação Infantil, como na prática pedagógica do docente. Arelaro (2017) complementa que houve um avanço a partir da DCNEI, pois as "instituições de educação infantil assumiram-se como lócus adequado para o desenvolvimento educacional e de cuidados com a criança,



VI SEMINÁRIO FORMAÇÃO DOCENTE: INTERSECÇÃO ENTRE UNIVERSIDADE E ESCOLA "Escola e Universidade em tempos de reconstrução"

redefinindo, positivamente, suas funções de educar e cuidar” (ARELARO, 2017, p. 212).

Dentre os muitos movimentos em prol da Educação Infantil, para estabelecer critérios, princípios, finalidades, práticas pedagógicas, formação, entre outros, o caminho percorrido vem tendo avanços e retrocessos.

Para Coutinho e Moro (2017) a Educação Infantil tem sido marcada por uma luta histórica pelo seu reconhecimento, como podemos observar a seguir:

No caso da educação infantil, a luta histórica pelo seu reconhecimento enquanto etapa educacional, que os profissionais que atuam com as crianças são professores, que necessitam de formação específica, que o currículo precisa se pautar no objetivo da sua educação integral e na consideração das suas experiências e no seu direito de acessar o amplo acervo de conhecimentos, sobretudo, a elaboração das suas culturas e, principalmente, por recursos que permitam a expansão da oferta e a sua qualidade, já revela o quanto esta etapa sempre esteve à margem, mesmo que tenha tido significativos avanços nos campos legal e pedagógico (COUTINHO E MORO, 2017, p. 358).

Como podemos observar a Educação Infantil vem buscando espaço para efetivamente, não ser somente legalmente a primeira etapa da Educação Básica, mas ter todas as condições financeiras, curriculares, de formação de profissionais e práticas pedagógicas, que contribuam para uma educação de qualidade.

Em 2017 foi promulgada a Base Nacional Comum Curricular (BNCC), apesar de muitas discussões, contra e a favor deste documento, a BNCC (2017) em relação a Educação Infantil descreve como prática pedagógica o educar e o cuidar, que devem ser indissociáveis no processo educativo, visando acolher as vivências e conhecimentos construídos pelas crianças no ambiente familiar e comunitário, ampliando o universo de experiências das crianças, autonomia e socialização.

A BNCC (2017) se torna mais um documento, no qual a Educação Infantil pode organizar, planejar, avaliar, seus trabalhos pedagógicos, pois como foi descrito anteriormente, essa etapa da Educação Básica, ainda é muito recente necessitando de muitas discussões, críticas, estudos, pesquisas, no sentido de consolidar conhecimentos e práticas que possam contribuir para o desenvolvimento integral da criança de zero a seis anos.

Rocha (2008) ao pesquisar o GT7 da Anped, percebeu que os trabalhos apresentados foram de diferentes áreas do conhecimento, políticas públicas,





VI SEMINÁRIO FORMAÇÃO DOCENTE: INTERSECÇÃO ENTRE UNIVERSIDADE E ESCOLA "Escola e Universidade em tempos de reconstrução"

currículo, psicologia, antropologia, história e por último foi observado um aumento dos estudos relacionados a Sociologia com ênfase da Sociologia da Infância.

Como essa pesquisa tem o objetivo de discutir o protagonismo infantil, a seguir, discorreremos um pouco sobre a Sociologia da Infância e o protagonismo infantil.

3 A Sociologia da Infância e o Protagonismo Infantil

A Sociologia da Infância nas últimas décadas vem cada vez mais estudando, pesquisando e discutindo sobre a criança em seus diferentes contextos sociais. Prout (2021) conceitua Sociologia da Infância como:

[...]Sociologia da Infância refere-se a um conjunto de literatura e pesquisa acadêmica que aplica as teorias, os conceitos e perspectivas sociológicas à infância. A diversidade disciplinar da Sociologia reflete-se na Sociologia da Infância que, conseqüentemente, forma um campo um pouco díspar de discurso teórico, empírico e metodológico. O que a distingue de outras subdisciplinas sociológicas e o seu foco centra na vida social das crianças e da infância pensada como (pelo menos em parte) uma instituição social (PROUT, 2021, p.439).

Como podemos observar a Sociologia da Infância tem como característica o estudo da criança no seu contexto social, ou seja, na família, na escola, entre seus pares, entre outros.

Para Sarmento, (2007) a Sociologia da Infância tem como objetivo dar visibilidade a infância, propondo estudá-la como objeto sociológico, e não apenas reduzindo a infância a perspectiva biológica e psicologizante, que tende a interpretar as crianças como indivíduos que se desenvolvem igualmente sem considerar a construção social, de sua existência, representações e imagens construídas historicamente sobre a infância.

Definir a Sociologia da Infância para Dip e Tebet (2019) não é algo fácil, pois ainda é um campo novo de estudo, pois a infância não é algo natural e universal, para as autoras ao pesquisar a infância deve-se pensar que existe um discurso social e historicamente situado, ou seja, produzem cultura local e singular no interior dos seus grupos de pares infantis. Neste sentido, no contexto da Sociologia da





VI SEMINÁRIO FORMAÇÃO DOCENTE: INTERSECÇÃO ENTRE UNIVERSIDADE E ESCOLA "Escola e Universidade em tempos de reconstrução"

Infância a criança é sujeito e protagonista da história, e com isso constrói a cultura que vive entre seus pares.

Colonna (2011) ao entrevistar Natalia Fernandes, pergunta quais as contribuições da Sociologia da Infância, a entrevistada responde assim:

[...]A Sociologia da Infância apresenta-se como um movimento contra-hegemônico, uma vez que defende que no processo de investigação as crianças devem ser consideradas como sujeitos e também como participantes da pesquisa, considerando como válidas as suas opiniões, experiências e representações acerca dos seus mundos sociais e culturais. Defende ainda que as crianças devem ser consideradas nos processos de pesquisa como agentes produtores de cultura própria, com formas de interpretar o mundo, de agir, pensar, sentir próprias e diferentes das dos adultos; com competências para caracterizar a realidade social que, apesar de diferentes das dos adultos, não devem ser entendidas como 'menores' ou ser desvalorizadas. Defende, em síntese, que se valorize no processo de pesquisa com crianças um enfoque afirmativo, que as valorize na riqueza da diversidade dos seus modos de ser e agir e não as oculte exactamente porque essa diversidade não é consentânea com os padrões clássicos de comunicar e investigar (COLONNA, 2011, p. 2.).

Para Natalia Fernandes, a Sociologia da Infância surge como movimento contra hegemônico, no qual, deve considerar a criança como sujeito de direitos, que tem suas representações, experiências, culturas, para tanto precisa de adultos com formação para lidar e agir com essas crianças.

Martins (2019) afirma que a Sociologia da Infância tem como um dos seus objetivos propagar metodologia que privilegie a voz e o olhar infantil, para o autor, os estudos sobre a infância tem produzido importantes conceitos tais como: cultura de pares, alteridade, cultura infantil, categoria geracional, protagonismo infantil, entre outros.

Em relação ao protagonismo infantil Abromowicz e Oliveira (2010) afirmam que a partir dos debates propostos pela Sociologia da Infância, este campo de conhecimento "consagra à criança o papel de sujeito e protagonista da história, e dos processos de socialização. Ou seja, a criança é compreendida como sujeito social capaz de se atribuir significados, sentidos, cultura própria e inusitada". (ABROMOWICZ E OLIVEIRA, 2010, p.39).

Moss (2009) ao pesquisar a educação infantil e o movimento do ensino democrático, descreve em seus estudos algumas características que vai ao encontro do protagonismo infantil, como a criança sendo competente, curiosa,





VI SEMINÁRIO FORMAÇÃO DOCENTE: INTERSECÇÃO ENTRE UNIVERSIDADE E ESCOLA "Escola e Universidade em tempos de reconstrução"

sociável, forte, buscando novas experiências, que contribui para construção de sua identidade e conhecimento.

O protagonismo infantil, segundo Gouvea, Carvalho, Freitas e Bizzotto (2019) é um termo de difícil definição, porém está relacionado com a participação, agencia ou ator social, e que os trabalhos que envolvem o protagonismo infantil, tem sido realizados em espaços escolares e não escolares, que envolvem os direitos das crianças, buscando destacar a importância de conferir centralidade à criança na análise de sua participação na vida social, assim como, promover políticas públicas dirigidas a infância.

Muitas das pesquisas realizadas acontecem nos espaços escolares, pois é onde a criança está reunida com seus pares, e passa parte do seu dia nestas instituições, para tanto, faz-se necessário um local em que a criança tenha voz, participação, direitos garantidos, que se tenha uma escuta atenta para as necessidades destas crianças. Martins Filho (2006, p,37) afirma que a escola de educação infantil precisa das seguintes características para desenvolver um trabalho de qualidade com as crianças:

[...]espaço de trocas, lugar de garantia e compromisso com a educação e as culturas da infância, respeitando todas as crianças de zero a seis anos, meninos e meninas, que precisam desfrutar de uma infância alegre, lúdica, digna, com muitas oportunidades, expressões, cantos, movimentos, criatividade [...] (MARTINS FILHO (2006, p,37).

Pode-se perceber que o protagonismo infantil é construído diariamente, pois envolve a observação, a relação entre pares, para Werle e Bellochio (2017), protagonismo infantil só é construído com a ética, com o olhar diferenciado para as crianças, percebendo, sentindo e ouvindo suas necessidades, mas acima de tudo respeitando as diferentes culturas da infância.

Compreende-se cultura infantil, segundo Sarmiento (2008) como:

As culturas da infância constituem-se no mútuo reflexo de uma sobre a outra, das produções culturais dos adultos para as crianças e das produções culturais geradas pelas crianças nas suas interações de pares. Não sendo redutíveis aos produtos da indústria para a infância e aos seus valores e processos ou aos elementos integrantes das culturas escolares, tão pouco podem ser analisadas exclusivamente pelas ações, significações e artefatos produzidos pelas crianças, porém estes não surgem do nada, antes estão profundamente enraizados na sociedade e nos modos de administração simbólica da infância (SARMENTO, 2008, p.8).





VI SEMINÁRIO FORMAÇÃO DOCENTE: INTERSECÇÃO ENTRE UNIVERSIDADE E ESCOLA "Escola e Universidade em tempos de reconstrução"

Desta forma, podemos inferir que o protagonismo infantil se manifesta de diferentes formas, e em diferentes locais, para tanto, faz-se necessário compreender a criança como um ser social, histórico, de direitos, que manifesta por meio da sua cultura infantil sua percepção de mundo. No entanto, precisamos de políticas públicas que fomentem a formação inicial e continuada de professores, no qual se aprofundem nos conhecimentos referente a criança, seus direitos, ter um escuta sensível as necessidades da criança, pesquisando metodologias que proporcionem o protagonismo infantil, assim como, respeitando todo o contexto social e histórico, no qual está criança está inserido.

4 Considerações Finais

A Educação Infantil tem seus estudos ampliados no Brasil a partir de 1990, por meio de vários documentos oficiais: Constituição de 1988, LDB 9394/96, DCNEI (2009a), BNCC (2017) e outros, que tem como objetivo normatizar, legislar, nortear, ampliar, executar, fomentar, questões relacionadas a Educação Infantil no Brasil.

Neste mesmo interim pesquisadores da Sociologia da Infância trazem uma nova proposta de investigação, pesquisa, debates, conceitos e propostas de viés sociológico, que estuda a Infância e a criança a partir de um contexto histórico e social, no qual a criança é um ser de direitos, que deve ser escutada, ter voz, respeitada nos diferentes ambientes sociais no qual ela frequenta.

Os estudos referentes a Sociologia da Infância, contribuem descrevendo conceitos como: escuta, cultura infantil, cultura de pares, alteridade, adultocentrismo, protagonismo infantil, entre outros.

Como esse estudo teve o objetivo de discutir o protagonismo infantil, percebe-se que ainda é um conceito em construção, que discute a participação da criança, na qual a mesma tenha voz, que o adulto tenha uma escuta sensível para poder compreender suas necessidades. Para tanto, faz-se necessário ambientes e escolas, que proporcionem que as crianças tenham participação efetiva, e direitos garantidos para exercer o protagonismo infantil.

No entanto, este estudo não encerra por aqui, sugere-se mais estudos referente ao protagonismo infantil em diferentes áreas do conhecimento.





VI SEMINÁRIO FORMAÇÃO DOCENTE: INTERSECÇÃO ENTRE UNIVERSIDADE E ESCOLA "Escola e Universidade em tempos de reconstrução"

REFERÊNCIAS

ABRAMOWICZ, Anete; OLIVEIRA, Fabiana de. A sociologia da infância no Brasil: uma área em construção. **Educação UFSM**, v. 35, n. 01, p. 39-52, 2010. Disponível em: http://educa.fcc.org.br/scielo.php?pid=S1984-64442010000100004&script=sci_abstract&lng=pt . Acesso em: 22 de outubro de 2022.

ARELARO, Lisete Regina Gomes. **Avaliação das políticas de educação infantil no Brasil: avanços e retrocessos**. Zero-a-Seis, v. 19, n. 36 p. 206-222, 2017. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/zeroseis/article/view/1980-4512.2017v19n36p206> . Acesso em: 25 de março de 2023.

FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. Novo dicionário Aurélio da língua portuguesa. 5. ed. Rio de Janeiro: Editora Positivo, 2014.

BARBOSA, Ivone Garcia et al. a BNCC e a regulação da educação infantil: perspectiva crítica. **Fórum Nacional Popular de Educação**, 2018. Disponível em: https://d1wqtxts1xzle7.cloudfront.net/58900452/IVONE_GARCIA_BARBOSA20190414-117724-aeoym9-libre.pdf?1555296120=&response-content-disposition=inline%3B+filename%3DSecretaria_Executiva_do_FNPE_SCS_Quadra.pdf&Expires=1679244073&Signature=eBFILRZM9FUAs1CAHi6jLXzzv7ZuwbNww4V9Pf4RCYf7xc80dwSCOII~kN0PxoBeGcwfoJWF6~h4ZRDP~wsP8x6UWm2BZNi42H8jaGoUoK2d~JSUHWqe5FZzuvTLKiaykO6YeNfglmFzp~eGhVDgUy5fgiTJLpc2lfWu zeB-EBIkX35hA345IPSWn98ULIQ6BZ0E2OVkV1uv88WXrrT9YqNjFF4eXbuJQDR4~U1VEM0Y8v4uLY4xexFRAA0tMmDmtNQmR-CUynfS21ZutgRs20meGhtRoFNZCcn-SHjmjy6egdKT2GO~nnSoMs6XuXPvPDol~a0PeODzTAvvcSg7cw_&Key-Pair-Id=APKAJLOHF5GGSLRBV4ZA

BRASIL, Constituição Federal. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/constituicao.pdf>. Acesso em: 22 de fevereiro de 2022.

BRASIL. Senado Federal. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional: nº 9394/96. Brasília : 1996. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/lei9394_ldbn1.pdf . Acesso em 22 de fevereiro de 2022.

BRASIL. Ministério da Educação. Base nacional comum curricular. Brasília, DF: MEC, 2017. Disponível em: . Acesso em: 15 março de 2022.

Brasil. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. Diretrizes curriculares nacionais para a educação infantil / Secretaria de Educação Básica. – Brasília : MEC, SEB, 2009a. Disponível em:





VI SEMINÁRIO FORMAÇÃO DOCENTE: INTERSECÇÃO ENTRE UNIVERSIDADE E ESCOLA "Escola e Universidade em tempos de reconstrução"

http://portal.mec.gov.br/dmdocuments/diretrizescurriculares_2012.pdf . Acesso em: 02 de outubro 2020.

COUTINHO, Ângela Scalabrin; MORO, Catarina. Educação infantil no cenário brasileiro pós golpe parlamentar: políticas públicas e avaliação. **Zero-a-Seis**, v. 19, n. 36, p. 349-360, 2017. Disponível em: https://www.researchgate.net/profile/Angela-Coutinho/publication/321884597_Educacao_infantil_no_cenario_brasileiro_pos_golpe_e_parlamentar_politicas_publicas_e_avaliacao/links/5bb252ac45851574f7f41c9f/Educacao-infantil-no-cenario-brasileiro-pos-golpe-parlamentar-politicas-publicas-e-avaliacao.pdf Acesso em: 20 de outubro 2022.

COLONNA, Elena. Algumas considerações acerca da Sociologia da Infância: Elena Colonna entrevista Natália Fernandes. **Poiésis-Revista do Programa de Pós-Graduação em Educação**, v. 4, n. 8, 2011. Disponível em: https://scholar.google.com.br/scholar?hl=pt-BR&as_sdt=0,5&q=Poi%C3%A9sis-Revista+2011+colonna . Acesso em: 22 de outubro de 2022.

GOUVEA, Maria Cristina Soares; CARVALHO, Levindo Diniz; FREITAS, Fábio. Accardo; BIZZOTTO, Luciana. Maciel. O protagonismo infantil no interior de movimentos sociais contemporâneos no Brasil. 2019. Disponível em: [file:///C:/Users/NAZIR/Downloads/maitgarc,+4_SOCi_num_3_2019_021_042%20\(4\).pdf](file:///C:/Users/NAZIR/Downloads/maitgarc,+4_SOCi_num_3_2019_021_042%20(4).pdf) . Acesso em; 20 de outubro de 2022.

MARTINS, Luciano. Ramos. **Os pressupostos epistemológicos das pesquisas sobre criança, infância e educação infantil: análise das contribuições da sociologia da infância**. Dissertação -- (Mestrado) - Universidade Federal de Minas Gerais, Faculdade de Educação. 2019.

MARTINS FILHO, Lorival, José. et al. Infância plural: crianças do nosso tempo. Porto Alegre: Mediação, 2006.

MOSS, Peter. Introduzindo a política na creche: a educação infantil como prática democrática. **Psicologia USP**, v. 20, p. 417-436, 2009. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/pusp/a/rMdDpRcHTpQqH75JsY8Jjr/abstract/?lang=pt> . Acesso em 05 de janeiro de 2023.

Oliveira, Z. M. R. (1988). A creches no Brasil: mapeamento de uma trajetória. *Revista Faculdade de Educação*, n. 14(1), p. 43-52, 1988. Disponível em: http://educa.fcc.org.br/scielo.php?pid=S0102-25551988000100004&script=sci_abstract&tlng=pt . Acesso em 05 de janeiro de 2023.

OLIVEIRA. Zilma. de Moraes. Ramos de. **Educação infantil: fundamentos e métodos**. São Paulo: Cortez, 2002. (Coleção Docência em Formação).

NUNES, Lenise. Maraschin; GONÇALVES, Suzane da Rocha Vieira. A importância das Diretrizes Curriculares Nacionais da educação infantil para o trabalho pedagógico. **Revista de Estudos Aplicados em Educação**, v. 5, n. 9, 2020. Disponível em:





VI SEMINÁRIO FORMAÇÃO DOCENTE: INTERSECÇÃO ENTRE UNIVERSIDADE E ESCOLA "Escola e Universidade em tempos de reconstrução"

https://www.seer.uscs.edu.br/index.php/revista_estudos_aplicados/article/view/6249

Acesso em 05 de janeiro de 2023.

PROUT, Alan. Sociologia da Infância. In: TOMÁS, C.; TREVISAN, G.; CARVALHO, M. J. L.; FERNANDES, N. Conceitos-chave em Sociologia da Infância. Perspectivas Globais. Ed. UMinho. Lisboa, 2021. p. 437-444. Disponível em: <https://ebooks.uminho.pt/index.php/uminho/catalog/book/36> . Acesso em: 15 de novembro de 2022.

ROCHA, Eloisa Acires Candal. 30 anos da Educação Infantil na Anped: caminhos da pesquisa. **Zero-a-seis**, v. 10, n. 17, p. 52-65, 2008. Disponível <https://periodicos.ufsc.br/index.php/zeroseis/article/view/1980-4512.2008n17p52/6082>

SARMENTO, Manuel Jacinto. Visibilidade Social e Estudo da Infância. In: DE VASCONCELLOS, V. M. R.; SARMENTO, M. J. **Infância (in) visível**. Junqueira&Marin Editores, 2007. p, 25 – 49.

SARMENTO, Manuel Jacinto. A SOCIOLOGIA DA INFÂNCIA E A SOCIEDADE CONTEMPORANEA: Desafios conceituais e praxeológicos. In: R. T. Ens &c. Garanhani (Orgs.), **Sociologia da Infância e a formação de professores**. Champgnat, Curitiba, 2008. p. 13-46.

WERLE, Kelly; BELLOCHIO, Cláudia Ribeiro. Protagonismo Infantil, Desafios Éticos e Metodológicos na Pesquisa com Crianças. **Cadernos de Pesquisa**, São Luís, v. 23, p. 227–242, 2017. Disponível em: <https://periodicoseletronicos.ufma.br/index.php/cadernosdepesquisa/article/view/6216> Acesso em; 20 de outubro de 2022.

Realização Apoio



Universidade Federal da Grande Dourados

